
PARTE III

Artigos

A Igreja portuguesa e as Invasões Francesas: uma crise na crise

A longa crise da Igreja de Portugal, iniciada por volta de 1750 com o regalismo pombalino, aprofundada pela ocupação francesa destruidora, de 1807 a 1811, e agravada em 1834 por D. Pedro e Joaquim António de Aguiar extinguindo as Ordens Religiosas, prolongou-se com o advento da primeira República de 1910, repetindo "monotonamente" as perseguições, o anticlericalismo, as destruições e pilhagens de igrejas, conventos.

Fernando Cristóvão

Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa das Universidades de Lisboa, Congresso "No Cais do Império", Centro de História - ACLUS, FLUL

A singularidade de a Igreja Católica ser uma instituição assente em princípios espirituais e, simultaneamente, os encarnar numa sociedade humana a que deve solidariedade, faz com que esta viva simultaneamente, como dizia Santo Agostinho, a dupla condição de *Cidade Celeste* e *Cidade Terrestre*. E que, em consequência, a sua existência e estrutura possuam um ritmo próprio, irreduzível a qualquer análise ou dinâmica que só considere uma dessas dimensões.

Com efeito, ela tanto defende e conserva valores imutáveis, não negociáveis, como aceita e se adapta, a bem ou a mal, às novas exigências e formulações sociais, políticas e económicas que não afectem os seus valores de referência.

Inevitavelmente, por isso, a barca de Pedro conhece, periodicamente, algumas tempestades que, em última instância, a purificam e rejuvenescem, reforçando o essencial sobre o acessório.

Um desses momentos tempestuosos da Igreja portuguesa foi vivido durante a ocupação francesa de 1807 a 1811, crise essa que melhor se entende e relativiza quando enquadrada numa outra, de âmbito maior, que estava em curso desde o Consulado Pombalino, simbolicamente assinalado pela expulsão dos jesuítas em 1759, pelo rompimento com a Santa Sé em 1760, e pelo auto de fé pombalino que queimou, no Rossio, o Padre Malagrida.

Crise essa patrocinada pelos ideais anti-cristãos da Revolução Francesa de 1789, intensificada, especial-

mente depois de 1820, com as vinganças anti-miguelistas da primeira vaga liberal jacobina e, mais gravemente, a partir de 1834, com a extinção das Ordens Religiosas e o anti-clericalismo das chamadas Pedreiros Livres que, desde a data do estabelecimento da Maçonaria em Portugal, em 1727, se notabilizou pelo seu zelo jacobino. Entendo, por isso, que não é correcto falar da situação da Igreja Portuguesa, e de outras questões semelhantes, tratando unicamente o tema das Invasões Francesas, mas relacionando-a com o seu passado e o tempo seguinte.

São as várias etapas desta Crise que iremos analisar.

*D*as promessas francesas às previsões portuguesas e outras

Para, estrategicamente, aquietarem os receios do povo face à ocupação, os generais franceses invasores garantiram que era tarefa sua principal libertar o país da tutela inglesa, opressora e herética, protegendo zelosamente a religião católica, que era também a deles!

Por exemplo, garantia o general Soult: «Portugueses! Eu levarei aos pés do throno do Imperador, a expressão do voto que acabais de manifestar; e lembrai-vos que S. M. mandando-me entre vós, e não tendo outro intento mais que a vossa independência, e a prosperidade futura de Portugal, não deixará de o tomar em consideração (...) Trema quem for perjuro: eu zelarei sobre a vossa felicidade e empregarei todos os meus cuidados para restabelecer em toda a parte o socego, a ordem e a confiança. Nossa Santa Religião se vê todos os dias insultada por aqueles hereges, por aquelles que há pouco governavam e os tinham chamado para socorrê-los, e não a vós. A nossa Santa Religião, que tanto padeceu durante as vossas desgraças, será particularmente protegida, e brilhará de hum novo esplendor.»¹

No seguimento, e para os vincular a essas promessas, os responsáveis da Igreja, foram convidados a pronunciarem-se de modo semelhante, para evitar males maiores.

Não ignoravam os bispos portugueses o que havia de falso e de hipócrita nessas declarações de amizade, várias vezes repetidas, e nas garantias de protecção da fé católica.

É que, antes de mais, tal como muitos entre o povo, identificavam os franceses com as ideias e práticas da Revolução Francesa de 1789, e o que já se passava em alguns países europeus invadidos pelos generais de Napoleão.

Muito menos ignoravam que poucos anos antes, em 1796, os exércitos franceses tinham invadido os Estados Pontifícios, saqueando a cidade de Roma e imposto ao Papa Pio VI cedências territoriais, chegando mesmo, dois anos depois, o general Berruyer a apoderar-se do Castelo de Sant' Angelo proclamando os estados pontifícios com «República Romana», e levando prisioneiro para França o próprio Papa, que lá morrerá com 82 anos.

E também tinham certamente presente que, na continuidade dessa política hostil que nada respeitava, Napoleão, já coroado imperador, exigiu ao novo Papa Pio VII que rompesse a neutralidade dos Estados Pontifícios. Tendo-o ele recusado, no

¹ *Apud* Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, VII Vol., Lisboa, Verbo, 1984, p. 68.

mesmo ano da 1ª invasão de Portugal, as tropas napoleónicas apoderaram-se desses territórios e trouxeram preso para França, pelo general Radet, Pio VII.

Perante a resistência papal em ceder às várias pretensões do Imperador, não hesitou Napoleão em realizar a incrível façanha de convocar, para Paris, um concílio nacional, em 1811.²

Como se essas informações não bastassem, conheciam os bispos e eclesiásticos portugueses as publicações que circulavam antes, durante e depois das invasões, sobre os desígnios franceses.

Por exemplo, as pastorais de alguns bispos franceses por ocasião da Revolução Francesa, em obra traduzida e publicada no Porto³, a *História Abreviada da Perseguição, Assassinato e Desterro do Clero Francês durante a Revolução*⁴ ou, já durante as invasões, o *Quadro da Infame Conduta de Napoleão Bonaparte para com os Diferentes Soberanos da Europa, desde a sua Intrusão no Governo Francês até Julho de 1808*.⁵

Leituras perturbadoras estas que se conjugavam com as profecias de Bandarra nas suas mais díspares interpretações de desgraças que se estenderiam também pelo Liberalismo a vir, e não só de Bandarra, também de outros “profetas” e “videntes”.

Apesar de todas as interdições, as trovas do sapateiro de Trancoso já circulavam em manuscritos, com grande influência na opinião popular, e não tardou a serem editados no estrangeiro, dando maior força e prestígio aos presságios, reproduzindo as edições de Paris, de 1603 e, sobretudo a de Nantes, de 1644, especialmente no “exemplar incorrupto” da edição de Barcelona (impressa em Londres), em 1809, seguida da edição de Londres de 1815, e da de Lisboa em 1823.

Durante esse tempo não era só o Padre Gabriel João a tomar a iniciativa de as credibilizar, publicando *Verdade e Complementos das Profecias do Servo de Deus Gonçalo Annes Bandarra, achadas em 1729 na Igreja de S. Pedro de Trancoso*⁶, mas outros, indo buscar à Bíblia ou até à tradição pagã vaticínios que se estariam a cumprir, como documenta a publicação *As profecias de Esdras e Bandarra*,⁷ mencionando nada menos de 31 vaticínios de autores sagrados e profanos.

Em semelhante conjuntura e ambiente social tão instável, de reacções imprevisíveis de revolta e violência, foi de grande prudência calculada, a atitude dos mais influentes bispos do país, como D. José Francisco de Mendonça, de Lisboa, D. José de Castro, do Porto, D. Frei Manuel do Cenáculo, de Évora, em suas pastorais, e do clero em suas paróquias. Era o prudente conselho de aceitação e obediência, recomendando calma, paciência, e uma prática religiosa mais reforçada, chegando-se até ao exagero propiciatório de se elogiar o comportamento cívico e religioso de vários agrupamentos militares, e, até, de aceitar a participação no Governo, como aconteceu com D. José de Castro, Bispo do Porto, em 1808.

² A. Boulenger, *Histoire Générale de l'Église*, Tome III, Vol. VIII, Lyon, Emmanuel Vitte, 1941, pp. 774, 776.

³ *Pastorais de Alguns Bispos Franceses por Ocasião da Revolução*, Traduzidas em português, Porto, A. Alvarez Ribeiro, 1776.

⁴ *História Abreviada da Perseguição, Assassinato e Desterro do Clero Francês durante a Revolução*, Porto, A. Alvarez Ribeiro, s.d.

⁵ *Quadro da Infame Conduta de Napoleão Bonaparte para com os Diferentes Soberanos da Europa, desde a sua Intrusão no Governo Francês até Julho de 1808*, traduzido do francês por Mr. Peltier, F.F., Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1808.

⁶ Padre João Gabriel, *Verdade e Complemento das Profecias do Servo de Deus Gonçalo Annes Bandarra, Achadas em 1729 na Igreja de S. Pedro de Trancoso*, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1823.

⁷ *As Profecias de Esdras e Bandarra*, Lisboa, Typografia Lusitana, 1932.

Aliás, tinha sido essa a recomendação do rei ao embarcar para o Brasil: «Procurai, quanto possível, por conservar em paz este reyno; e que as tropas do imperador dos franceses e Rei d'Itália sejam bem aquarteladas e assistidas em tudo, que lhes for preciso, enquanto se detiverem neste Reyno, evitando todo e qualquer insulto que se possa perpetrar, e castigando-o rigorosamente quando aconteça»⁸.

Assim se procurava acautelar, a todo o custo, que acontecesse em Portugal o mesmo que já ocorrera em outros países europeus, não sendo nem as Igrejas e conventos poupados a assaltos e pilhagens, pela tropa.

Conselhos estes dados “à contre coeur”, sem verdadeira convicção, para se evitarem males maiores.

Da desconfiança à insurreição

Deste modo, os responsáveis políticos e os eclesiásticos se entregavam a uma espécie de diálogo do “faz de conta” que não iria durar muito tempo, porque a cobiça francesa e a necessidade de alimentar dezenas de exércitos à custa do povo e das casas religiosas cedo degenerou em revoltas populares. A começar pela do Porto, e que se estenderam a todo o país.

Sustentando essa revolta, ora em ciladas e sabotagens, ora em oposições frontais, não admira que se tenham multiplicado os folhetos de carácter popular apelando à desobediência e incitando a população contra os franceses.

É especialmente posta a ridículo a promessa de Junot de protecção, como o documenta um folheto de 1808, intitulado *A Restauração de Portugal*, onde em verso se celebrava, numa primeira parte, «A protecção à Francesa, ou Latrocínios e Detalhes do Exército Francês em Paris» e, numa segunda, «A Protecção Portuguesa»

Alguns exemplos dessas redondilhas maiores, introduzidas numa décima, lamentando a vida dura que se levava, e os bens que iam faltando, rematadas sempre com o refrão irónico «A protecção à francesa»:

O bom chá quotidiano,
A manteiga com presteza;
Logo trocou por açorda,
A protecção à francesa

Peixe fresco, nem salgado,
O bacalhau da pobreza;
Isso mesmo nos reserva,
A protecção à francesa.

Cumpre fazer sacrifícios
Dizia com subtileza
(Cumpre prover geral jejum)
A protecção à francesa

⁸ Hipólito, José da Costa, *Correio Brasiliense*, Rio, Ed. facsimilada, 2001 [1808].

Mandar voltar o vestido
Já marcha com ligeireza;
Desde que a sege lhe tirou,
A protecção à francesa

De tão alta Protecção,
Deos nos ponha em sã defesa
E dê lá a quem quiser,
A protecção à francesa

Quanto à “Protecção Portuguesa”, é suficientemente elucidativa esta quadra:

Libertar-nos de maldades,
Apagar a guerra acesa
Nisto pensa noite e dia
A Protecção Portuguesa⁹

Mas a rejeição da «protecção à francesa» ia mais longe, pois se o presente já era preocupante, mais trágicos seriam os acontecimentos do futuro, como o previa o lente de Medina da Universidade de Coimbra, o Doutor Francisco Soares Franco, em 1809, ao escrever a *Memória em que se Examina qual seria o Estado de Portugal se, por Desgraça, os Franceses Chegassem a Dominar*.

Com grande objectividade previa uma situação catastrófica para o nosso Comércio, Indústria, Agricultura e, muito especialmente, para o “abastecimento de pão à cidade de Lisboa”.

E quanto aos aspectos sociais, grandes alterações se iriam verificar, quer na Nobreza quer no Clero.

Referindo-se concretamente aos eclesiásticos advertia: «Olhem para o que se fez em França e em Nápoles (...) todos os conventos se extinguiriam». E quanto ao clero secular: «...a que estado não ficariam reduzidos os poderes eclesiásticos? (...) os eclesiásticos de ambas as ordens deveriam reputar-se perdidos.»¹⁰

Como é sabido, esta previsão/profecia haveria de cumprir-se em 1834, na evolução das ideias revolucionárias francesas e maçons, com a extinção das ordens religiosas patrocinada por Joaquim António de Aguiar.

Nestas circunstâncias, o clero, tal como o povo, sentindo-se duplamente motivado, até pela desorganização militar, tão criticada no *Correio Brasiliense*, publicado em Londres por Hipólito da Costa¹¹, entrou nos confrontos militares, ao ver que cada vez mais o povo era reduzido à miséria, despovoando-se aldeias e paróquias, e porque cada vez mais aconteciam perseguições, profanações dos vasos sagrados e sacrários, assassinio de sacerdotes, ao mesmo tempo que igrejas e conventos eram pilhados e transformados em casernas, e as Dioceses, à medida que iam vagando, não eram providas.

⁹ Anónimo, *A Restauração de Portugal. Décima Glosada por Ocasão em que a Esquadra Britânia Entrou no Porto*, Lisboa, Imprensa Régia, 1808, pp. 4-8.

¹⁰ Francisco Soares Franco, *Memória em que se Examina qual seria o Estado de Portugal se, por Desgraça, os Franceses chegassem a Dominar*, Lisboa, A. Rodrigues Galhardo, 1809, pp. 10-11.

¹¹ Hipólito da Costa, *Ibidem*.

Por isso também, os eclesiásticos eram cada vez menos poupados, não só por incitarem a revolta, mas também porque participavam na resistência pegando em armas, e chegando mesmo a assumir funções de liderança.

A este propósito, não deixa de ser curioso que, no meio deste caos, se tenha aberto um debate sobre se a proibição consignada no Direito Canónico de os eclesiásticos pegarem em armas devia ou não ser observada.

Logo se apressaram os defensores da Resistência a justificar esse uso de armas, apelando para o que havia de excepcional na situação que, ela própria, transformava essa proibição em um dever.

Assim surgiu, por exemplo, a *Apologia dos Eclesiásticos, Armados para Defender a Pátria*, da autoria de José António da Silva Freire que afirmava: «Eu sei que algumas pessoas criticarão os eclesiásticos por se incorporarem nas legiões de defesa da capital (...) dizem esses censores que o uso das armas é proibido aos Clérigos por direito (...) mas o clérigo, porque prestou obediência ao Bispo, não perdeu os direitos de vassalo do seu legítimo, nem ficou desligado da cadeia social e dos deveres de cidadão (...) Que diremos dos Prelados, Párocos, Religiosos que na frente dos batalhões se distinguiram nas empresas mais temíveis e arriscadas (...) Podem, portanto, e devem os Eclesiásticos pegar em armas para os indicados justíssimos fins.»¹²

São múltiplas essas intervenções dos eclesiásticos de combate, e de mediação em favor das populações que iam ser objecto de represálias.

Por exemplo, as intervenções do Pároco de Leiria, em 1808, que conseguiu persuadir o general Margaran a “perdoar” à cidade os castigos e destruições que se preparava para executar, devido ao assassinio de soldados seus.¹³

A perseguição e a desorganização de Paróquias, dioceses e Ordens Religiosas

À medida que a ocupação avançava, e de Junot se chegava a Massena, o panorama da destruição era cada vez mais desolador.

Todo o país estava revoltado, do Porto ao Algarve.

Do que ocorria no interior das Dioceses múltiplos são os testemunhos dos preladados, sendo particularmente dramáticos os narrados na «Breve Memória feita na diocese de Coimbra», elaborada em 1812.

Memória essa “extraída das informações que deram os Reverendos Párocos”, e “remetidas à Junta de Socorros da Subscrição Britânica, pelo Reverendo Provisor Governador do mesmo Bispado”.

Alguns excertos: “Lançando porém, um abrir e fechar de olhos sobre as calamidades que chegaram a todo este bispado vê-se, de uma à outra extremidade dele, por entre o incêndio desbrazando as populações, centos e centos de velhos, meninos, esposas, donzelas e não poucos eclesiásticos agonizarem, à força de tratos os mais cruéis e deshumanos”.

¹² José António da Silva Freire, *Apologia dos Eclesiásticos Armados para Defender a Pátria*, Lisboa, na Typographia Lacerdina, 1809.

¹³ *Memória dos Mais Notáveis Acontecimentos em Leiria e seus Contornos, por Ocasão do Combate Dado em 5 de Julho de 1808*, Lisboa, José João Rodrigues.

“Erradio pelos montes, o povo que não fora surpreendido no escuro recinto dos seus lares, desaninhado por entre os matos e as penedias, falta de alimentos, desfalecendo à míngua, cortado até à raiz do coração por sustos e pavores nunca interrompidos, hia agonizando lentamente (...) Despojados, os tristes paizanos até da própria camisa eram depois arrastados como bestas à força de golpes de ferro, para acarretarem os furtos; e ou morriam debaixo do peso, no caminho, ou eram mortos no fim da condução. Dalguns, os corpos foram rachados vivos ao meio (...) doutros moeram os queixos, arrancaram as entranhas, muitos queimaram vivos e a fogo lento”.

Referindo-se directamente à profanação e destruição de igrejas, acrescenta a *Breve Memória*: “Nos templos, nada escapou ao roubo e ao estrago. Os Cristianíssimos dos nossos dias, o menos que fizeram foi escavar os altares e os sacrários, mutilar e queimar as imagens; calcar e profanar as vestes e os vasos sagrados (...) o santuário foi convertido em cavalaria, degoladouro de animais e em lupanares; quase todos os templos ficaram desguarnecidos do seu ornamento, queimados os altares e o soalho; de outros só restaram as paredes, e a muitos não ficou pedra sobre pedra”.

Entre o rol de crueldades se acrescentam ainda outras proezas daqueles que se apresentavam como “cristianíssimos”: “na freguesia de Figueiró dos Vinhos esburgaram a carne e os ossos a um velho, desde a barba ao peito; e a outro sangraram-no como se fora um porco”.

Passa depois a *Breve Memória* a enumerar os templos destruídos, quantificando a destruição, aldeia por aldeia, freguesia por freguesia. Nessa lista são contabilizadas as destruições e mortes ocorridas. Em algumas áreas, como na freguesia da Redinha, “de 19 aldeias de que esta dita freguesia se compõe, nem huma ficou por destruir”, etc.

Encerra o relatório o Governador do Bispado com um balanço final das destruições e mortes nas 290 paróquias da Diocese: “nelas foram assassinadas 2969 pessoas, e incendiadas 1144 casas”.¹⁴

Esta é apenas uma imagem, do que se passava pelo país fora, a que se acrescentavam os roubos, pilhagens, impostos...

Dispersas as populações, roubadas e destruídas as igrejas, iam as Dioceses ficando também privadas dos seus bispos, por falta de provimento.

A ocupação francesa veio intensificar uma dinâmica anticlerical e desarticuladora que seria continuada muito para além da retirada das tropas de Massena.

Em grande parte, em consequência da cláusula “ad praesentationem” que obrigava à concordância prévia do rei para a execução da nomeação de arcebispos, bispos e outros titulares. Em vigor, desde 1740, foi usada, abusada e renovada com agravos pela Constituição de 1822, bem como pela legislação de 1833, ao ponto de, segundo Fortunato de Almeida: “Pelos anos de 1833 a 1839 estavam destituídos de seus legítimos pastores, por vacância, quase todas as dioceses do Reino. O Patriarca de Lisboa, D. José Patrício da Silva, era quase o único prelado no exercício das suas funções (...) octogenário, acabrunhado pelas enfermidades, pela perspectiva da fome e pelas ameaças, não teve forças para resistir abertamente; mas opôs-se até onde pôde. Desta sua fraqueza resultaram os matrimónios nulos e a nulidade de muitas actas da jurisdição eclesiástica”.¹⁵

¹⁴ *Breve Memória dos Estragos Causados no Bispado de Coimbra pelo Exército Francês, Comandado pelo General Massena, Extraída das Informações que Deram os Reverendos Párocos*, Lisboa, Impressão Régia, 1812.

¹⁵ Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Vol. III, Porto, Civilização, 1970, 38-39.

As consequências daqui resultantes, em especial a da ausência de interlocutores eclesiásticos credenciados que negociassem possíveis entendimentos com o Poder despótico, são fáceis de imaginar.

A ocupação francesa e as ideias da Revolução de 1789 não foram responsáveis por tudo, mas enquadraram e ampliaram assim, para uma crise maior, a desoladora situação da Igreja portuguesa durante a ocupação.

O *afrontamento das ideias*

Quando as tropas francesas invadiram Portugal, já cá se encontravam as ideias francesas do Iluminismo que a Revolução Francesa mais tarde reforçaria e procuraria impor também pela força.

A corrente iluminista das “luzes” aqui tinha fervorosos cultores, salientando-se entre eles o Marquês de Pombal e vários “estrangeirados” impondo ao país as duas dinâmicas criadas de uma nova cultura, imposta, quando necessário, pela força e pela crueldade.

A dinâmica político-social das “luzes” apoiada nas teorias dos Moralistas ingleses, sobretudo Thomas Hobbes que, no *Leviathan*, de 1655, preconizava o poder absoluto do Soberano, sobrepondo-se a todos os poderes, desde o da religião ao das Instituições, como um imperativo que devia cumprir.

A outra dinâmica, de carácter ideológico, estava voltada para a educação e formação das gerações futuras, da nobreza num primeiro tempo e, depois, para todo o povo. Orientação esta que foi buscar as suas ideias a John Locke, aprendendo com ele a prevalência das sensações sobre a razão. Mais, propondo um novo critério para a avaliação do Bem e do Mal, e para a educação da sociedade republicana, no *Some Thoughts Concerning Education*, de 1693. Na mesma corrente de pensamento, e neles se inspirando Voltaire, Rousseau e Condillac consagraram a superioridade das sensações sobre a inteligência e a vontade, o valor do instinto que se devia sobrepor à razão, porque, segundo Rousseau, à criança não se deve permitir que contraia hábitos – “ne pas enseigner, mais laisser l’enfant s’instruire par l’expérience”. Nada de obrigações ou deveres.

Quanto à religião, só era autêntica a “natural”, de carácter teísta, cultuando um Deus abstracto. E combatendo sistematicamente a Igreja e as Instituições, porque era preciso, segundo Voltaire, “écraser l’infame”, isto é, a Igreja Católica.

Noutra dimensão complementar, a Razão devia ser observada e cultuada acima de tudo.

Explicava, por exemplo, um dos vários *Catéchisme Populaire Republicain*: “Ceux qui prétend que Dieu a créé l’homme afin d’être connu, aimé et servi par lui, n’exigent pas autre chose de l’homme que de renoncer à sa raison, à son intelligence, à sa liberté, morale de se nier soi-même et de s’anneantir en face d’une puissance dont il ne lui est accordé de comprendre ni la nature ni la justice”.¹⁶

Em complemento, a *Encyclopédia* (1751-1757) reforçava e divulgava estas ideias de sensualismo, naturalismo, ateísmo.

Como era de prever, não tardou a desenvolver-se um forte clima antifrancês tam-

¹⁶ Leconte de Lisle, *Catéchisme Populaire Republicain*, Paris, J. Claye, 1870.

bém neste campo, e a multiplicarem-se as polémicas à volta das ideias revolucionárias, especialmente no que dizia respeito aos valores cristãos, que estavam a ser atacados ou substituídos.

Polémicas estas que se revestiam de uma expressão popular muito pronunciada, porque, dum lado e doutro, se procurava a adesão do povo. E uma das formas escolhidas de confronto, foi a da publicação de folhetos simples, organizados à maneira de catecismos e assim intitulados, de perguntas e respostas breves.

Uma das mais significativas lutas foi em torno do chamado *Catecismo da Diocese de Montpellier*¹⁷, de uso obrigatório em todas as escolas, por parte do Governo, que a Igreja reprovava e que foi o catecismo que doutrinou todo o tempo da ocupação francesa.

Traduzido em português, e publicado em sucessivas edições no Porto, em Coimbra e em Lisboa, esse catecismo, impresso pela primeira vez em 1702 por ordem do polémico bispo francês Charles Colbert, era rejeitado não só por ser usado à revelia da Igreja, mas pelo seu teor e orientação regalista e jansenista, para além de omissões e descontextualização bíblica e litúrgica. De tal modo, que já tinha sido posto no índice, em 1721.

Só por volta de 1833, no reinado de D. Miguel, é que foi retirado, sendo substituído pelo *Catecismo do Patriarcado de Lisboa*, e por outros catecismos diocesanos.

Mesmo assim, o *Catecismo do Patriarcado* foi objecto de mutilações e deturpações, ao ponto de, ainda em 1858, o Cardeal Patriarca lamentar as “notáveis mudanças, sem autorização nossa”, e também o facto de “se fazer uso de catecismos estranhos a esta Diocese”; “E por isso mandamos que todos os párocos deste Patriarcado e mestres de escola ensinem a Doutrina Cristã por este Catecismo e seu resumo, e somente por ele”; “Um catecismo verdadeiramente português e essencialmente católico”¹⁸.

Não é difícil entender a exigência de exclusividade deste Catecismo no ensino, nas Igrejas e nas escolas, no meio da confusão das ideias reinantes. Mas onde o afrontamento era maior era nas inumeráveis publicações, especialmente folhetos, intitulados ou não Catecismos, onde se atacavam ou defendiam a Igreja, os jesuítas, os religiosos em geral, e os conceitos fundamentais da doutrina cristã.

As publicações contra os jesuítas, essas conheceram grande longevidade, conservando a mesma força agressiva, ainda no início do século XX.

O embate era entre o laicismo anticlerical, jacobino e maçónico, protagonizado mais tarde pela primeira vaga do Liberalismo.

Alguns exemplos de catecismos e panfletos que circulavam entre nós, franceses ou traduzidos e editados em Portugal: para além do citado *Catéchisme Populaire Republicain*, *Catéchisme de la Constitution Française*¹⁹, *Catecismo da Lei Natural do Cidadão*²⁰, *Catecismo Revolucionário*²¹, *Catecismo da Liberdade*²², *Catéchisme Positiviste*²³, *Catecismo Civil*, e *Breve Conjunto das Obrigações do Espanhol*, *Conhecimento Prático da sua Liberdade*

¹⁷ *Catecismos da Diocese de Montpellier Impressos por Ordem do Bispo Carlos Joaquim, Colbert, traduzidos em língua Portuguesa para neles se Ensinar a Doutrina Cristã aos meninos das Escolas dos Reinos e domínios de Portugal*, Lisboa, na Régia Officina Typographica, ano 1798, com licença da Mesa do Desembargo do Paço.

¹⁸ *Catecismo do Patriarcado, Disposto em Melhor Ordem e Publicado por Mandado do Em^o e Rev^{mo}. Senhor Cardeal Patriarca*, Paris/Lisboa, Sillaud & C., s.d.

¹⁹ *Catéchisme de la Constitution Française*, Avignon, J.J. Niet, 1791.

²⁰ Volnay, *Catecismo da Lei Natural do Cidadão*, Londres, Imp. Ricardo Taylor, 1832.

²¹ Serge Netchaier, *Catecismo Revolucionário*, 1868.

²² *Catecismo da Liberdade*, Lisboa, tip. da Rua de S. Bento, 1860.

²³ Auguste Comte, *Catéchisme Positiviste*, Edition Apostolique, Paris/Rio de Janeiro, 1891.

*de e Explicação do Seu Inimigo, mui Útil nas Actuais Circunstâncias, em Forma de Diálogo, etc.*²⁴

Também não faltavam vários catecismos maçónicos, deístas e anticlericais, compilados pelo irmão Licurgo.²⁵

A resposta do outro lado cristão não era menos contundente, com se vê em *A Religião Ofendida pelos Chamados Protectores, ou Manifesto das Injúrias que o Governo Francês, Intruso em Portugal, há feito à Religião Católica Romana e aos seus Ministros*, de 1809.

Acusava o seu autor: "A funestíssima associação dos Fredericos, dos Voltaires, dos Condorsets, dos Diderots que para ser em tudo informal, só lhe faltou a circunstância do lugar, essa funestíssima associação que tem custado à Europa tantas lágrimas e tantas vítimas, estabelecendo como dogma principal e meio indispensável para se esmagar o infame (era senha e devise destes monstros que, por infame entendiam o mesmo J.C.), e banir do Mundo a religião, a moralidade, o extremínio dos Monges..."²⁶

Por serem os mais atacados, os membros das Ordens Religiosas, eram também os mais defendidos, até porque a sua crise durante a Invasão Francesa se prolongou muito mais para lá da feita ao clero regular.

É este o teor de *Os Apóstatas da Razão contra as Ordens Religiosas Desbaratadas pelas Poderosas Forças da Verdade*, que aliás, mais do que condenar os agravos lembrava o papel civilizador das Ordens Religiosas, face às acusações de inutilidade e má administração de bens: "Quantos infelizes e desgraçados acham em sua pobreza ali o seu remédio? Quantos desses mesmos que ingratamente os atacam devem aos frades o seu alimento, os seus estudos, os seus progressos, os seus empregos e toda a sua fortuna. E é crível que entre os homens hajam destes abortos monstruosos, que tanto deshonoram a natureza humana!"²⁶

Conjuntamente com a defesa dos agravados, havia também a mentalização anti-francesa a fazer, como antídoto contra as ideias francesas.

Era esse o objectivo do folheto: *ABC, Poético, Doutrinal e Antifrancez, ou Veni Mecum para Utilidade e Recreio dos Meninos Portugueses*.

O folheto, de 1809, à imitação das antigas Cartilhas para ensinar a ler e ensinar os rudimentos da fé, faz uma e outra coisa percorrendo, letra por letra do alfabeto, insultando, ridicularizando, rezando, através de várias formas poéticas que vão da rondilha, ao soneto, ao treno, fazendo uso constante dum refrão certamente para ser repetido em coro.

Alguns exemplos desta sátira pedagógica:

"A: A França perdida está / Por seus prevessos costumes / Não respeita os sagrados Numes

"B: Bem claramente se vê / Que tem corrupção moral / Não distingue o Bem e o Mal.

"D: Debalde lhe gritam, Crê / No que diz a Santa Igreja; / Só destruí-la deseja.

"O: Oferecerem a Russo / A Voltér, Frenet incenso / Prestam-lhe inteiro consenso."

²⁴ *Breve Conjunto das Obrigações do Espanhol, Conhecimento Prático da sua Liberdade e Explicação do Seu Inimigo, mui Útil nas Actuais Circunstâncias, em Forma de Diálogo*, Lisboa, Tip. Lacerdina, 1808.

²⁵ *Catecismo Civil e Catecismos Maçónicos, Compilados pelo irmão Licurgo*, Lisboa, s/d, Tip. do Gran Or. de Port.

²⁶ F.F. *A Religião Ofendida pelos seus Chamados Protectores*, Coimbra, Real Imprensa Universitária???, 1809.

²⁷ *Os Apóstatas da Razão contra as Ordens Religiosas Desbaratadas pelas Poderosas Forças da Verdade*, Lisboa, Tip. Rollandiana, 1821.

Outras letras são aproveitadas para lhes chamar impostores, ladrões, malfeitores...

Pondo a ridículo a homenagem prestada a Napoleão no seu aniversário, dedique-lhe um soneto que é uma espécie de onomatopeia do fogo de artifício lançado, e que assim começa:

*“De soleques, miliques, topaloques,
Sulfúreos, sulfurantes, sulfurados,
Rotundos, salitrosos, carvonados,
Bum, bum , bum, bum ressoão cimbaloques...”²⁸*

Como se esta iniciação pelo alfabeto não bastasse, a segunda parte do ABC, como também faziam as cartilhas antigas, transforma-se em catecismo, ensinando, à sua original maneira, algumas orações entrelaçadas com ideias e exortações várias.

Quanto à Maçonaria, que se tinha implantado em Portugal em 1727 e largamente presente nos países europeus, tinha em Portugal posição privilegiada. Segundo Fortunato de Almeida, poucos países terão sofrido mais do que o nosso as perturbações lançadas pela Maçonaria na vida religiosa e política, já pelos ocultos e disfarçados meios consagrados na prática daquela seita, já pela acção directa que transparentes véus não podem ocultar”. Tendo-se desenvolvido muito, durante o reinado de D. José, dispunha livremente dos negócios públicos, a partir da Revolução de 1820.²⁹ Em 1812, por exemplo, já existiam em Lisboa 13 lojas maçónicas.

Referindo-se ao seu poder, Oliveira Marques anota: “O triunfo definitivo do liberalismo, em 1834, trouxe os maçons ao poder (...) Em 1869 a Maçonaria portuguesa unificou-se, passando a denominar-se Grande Oriente Lusitano Unido. O período de 1834-1926 marcou o apogeu da implantação maçónica em Portugal, em constante posição de vanguarda político-social e com actividade prática notável em todos os campos da vida da Nação, devendo-se-lhe grandes conquistas para o tempo: abolição da pena de morte e da escravatura, criação de escolas a nível primário e secundário técnico, difusão da instrução nas colónias, instituição de asilos para crianças, combate ao clericalismo e começos da laicização das escolas...”³⁰

Era tal a sua influência, ambiguidade e secretismo, que nele se filiaram não poucos sacerdotes e bispos, não pelas mesmas razões, sem que isso tivesse impedido o seu progressivo combate à religião e anticlericalismo.

Daí as sucessivas condenações papais, até aos nossos dias: em 1738, em 1751, em 1821, em 1825, em 1829 e em vários outros momentos.

Para que não existissem dúvidas de interpretação, o Papa, em Carta Apostólica de 1826, especificava quais as organizações maçónicas igualmente reprovadas e condenadas: “Societas, Coetus, Conventus, Collectiones, Aggregationes seu conventicula de Liberi Muratori seu *francs maçons*, aut alio quocumque nomine appellata (...) *damnanus et prohibemus*”³¹.

²⁸ ABC Poético, Doutrinal e Antifrancez ou Veni Mecum para Utilidade e Recreio dos Meninos Portugueses, Lisboa, Impressam Regia, 1809.

²⁹ Fortunato de Almeida, *Ibidem*, p. 278.

³⁰ A. Henrique de Oliveira Marques, “Maçonaria em Portugal”, in *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa, Texto Editores, 2005, p. 670.

³¹ *Romae ex Typographia Reverendae Camorae Apostolicae* 1825.

Nesta outra frente de confronto de ideias, notabilizou-se também o Pe. José Agostinho de Macedo que, em escrito de carácter teórico, quis refutar os princípios de base dos “iluminados”. É esse o objectivo do opúsculo *Refutações dos Princípios Metafísicos e Morais dos Pedreiros Livres Iluminados*³².

Ideias estas reforçadas como novos argumentos expostos em outro escrito do mesmo autor: *Sermão de Preces pelo Bom Sucesso das nossas Armas Contra o Tirano Bonaparte na 3.^a Invasão do Reino*³³, e no *Sermão sobre o Espírito de Seita dominante no século XIX, dedicado ao Clero Português*³⁴.

Do ensino religioso ao ensino laico

Um dos aspectos, sem dúvida positivo, do Iluminismo, foi o de modernizar o ensino, enquadrando-o no âmbito das liberdades, e promovendo especialmente o ensino das ciências.

Fê-lo, contudo, num quadro de violência física e ideológica, servindo-se da mudança para impor um novo tipo de sociedade, ao banir quase por completo o ensino religioso, e impondo uma ideologia racionalista e laica.

A perseguição aos Jesuítas serviu a Pombal, à maçonaria e aos anticlericais em geral, para alcançar dois objectivos: dar vasação ao ódio que por eles sentiam, e desocupar os lugares que mantinham na sociedade e, especialmente, no ensino: expulsando-os, prendendo-os, encerrando as suas escolas, descredibilizando o seu ensino.

E, na esteira dos Jesuítas, o mesmo foi feito aos outros religiosos, mesmo aos Oratorianos, que num primeiro tempo serviam o plano educativo pombalino, mas pouco depois foram rejeitados, da mesma forma.

Alguns exemplos dessa descredibilização/perseguição: os de uma publicação francesa, e de outra portuguesa, dentre muitas, acusando-os de ultrapassarem até a doutrina da Igreja e de serem réus de muitos crimes.

No *Catéchisme des Jesuites, ou Mistère de l'Iniquité Révélé para les Supposts, par l'Examen de leur Doctrine, même selon la Croyance de l'Église Romaine*, até o impressor anónimo da publicação, que chamava à Igreja “Bonne Mère, Madame l'Église Romaine”, os acusa de “Machiavels en Religion, pour le Cheval de Troye de leur Église, Parricides dês Princes Souverains, Autheurs, Fauteurs e Promuteurs dês Troubles”, generalizando depois estes malefícios a todas as comunidades e confrarias.

Acusações estas explanadas em 20 capítulos, de títulos tão elucidativos como: “Des Macheivelses d'Ignace pour donner vogue à sa secte”, “Que notre Église Gallicane et la Secte dês Jesuites sont Incompatibles”, “De quel artifice les Jesuites s'enrichissent de la depouille de leurs Novices”³⁵, etc.

Da autoria de A. d'O. Cardoso Fonseca é o folheto *Jesuítas – Suas Qualidades e Dou-*

³² José Agostinho de Macedo, *Refutações dos Princípios Metafísicos e Morais dos Pedreiros Livres Iluminados*, Livros, Impressão Régia, 1816.

³³ *Idem*, *Sermão de Preces pelo Bom Sucesso das nossas Armas Contra o Tirano Bonaparte na 3.^a Invasão do Reino*, pregado na Igreja de N.ª S.ª dos Mártires, a 31 de Agosto de 1811.

³⁴ *Idem*, *Sermão sobre o Espírito de Seita dominante no Século XIX, dedicado ao Clero Português*, pregado na Igreja de Santa Justa, no 1.º Domingo da Quaresma de 1811.

³⁵ *Catéchisme des Jesuites, ou Mistère de l'Iniquité Révélé para les Supposts, par l'Examen de leur Doctrine, même selon la Croyance de l'Église Romaine*, à Ville-Franche, 1807.

trina. Características identificadas essas que logo na capa se enunciam: “Ambiciosos, Hipócritas, Devassos, Prevertedores e Prevaricadores, Missa e Confissão”.

Não surpreende que logo o primeiro capítulo dê o tom ao livro: mostrando que, tanto os Jesuítas como todos os religiosos são iguais na corrupção. “Os Jesuítas e os frades são geralmente devassos. Uns e outros forçados ao celibato, que constitui o maior perigo que borbulha e medra nos seus colégios e conventos, desmoralizam as crianças que lhes são confiadas, ou as religiosas, suas irmãs em Jesus Cristo para lhes ministrarem ensino”³⁶.

Esse ódio prolongou-se, alargado a todo o clero, de tal maneira que ainda em 1910, era possível a A. Aurélio da Costa Ferreira escrever em *A Educação Moral e Religiosa nos Colégios dos Jesuítas*: “A meu ver, porém, não são os criminosos como Chatel, os especuladores como Lavalette, ou os mentecaptos como Malagrida, que principalmente aviltaram a Ordem. Como não são também os inventores como Gusmão, astrónomos como Secchi, ou oradores como Vieira que a alevantam. O que torna condenável e criminosa a Companhia de Jesus é a sua própria natureza, o seu fim, a sua regra. Tudo isto é que hoje faz dela um perigo social, um verdadeiro dique contra o progresso. É tudo isto que é preciso ver, para conhecer, conhecer para combater, e combater para aniquilar”³⁷.

E foi segundo essa mentalidade que, durante várias gerações, inculcaram o anti-clericalismo, se combateu a Igreja, e foram formadas nas escolas públicas várias gerações da juventude portuguesa, pouco podendo a Igreja contrapor a esta torrente ideológica.

Expulsos e perseguidos os jesuítas e fechadas as suas escolas, por Pombal, afastados também os oratorianos e outros religiosos, instaurada a escola pública laicizante, ocupados e destruídos conventos e Igrejas pelos franceses, desorganizadas novamente as Dioceses pelo primeiro Liberalismo, reforçou-se a crise, por acção de D. Pedro e Joaquim António de Aguiar, ao extinguirem as Ordens Religiosas em 1834.

E bem se podiam gloriar os promotores dessa Escola, uma vez afastados e dispersos os antigos mestres e enraizada a nova sementeira ideológica propagada pelos “professores régios”.

Bem puderam gloriar-se os seus promotores, desde Ribeiro Sanches nas suas *Cartas*, em 1760, louvando a decisão do Rei, ou melhor, de Pombal para “suprimir as escolas que estavam no poder dos Eclesiásticos Regulares: alegremo-nos e reduplicuemos os nossos ardentes e amorosos votos pela sua conservação [de Sua Majestade] (...) Prometi demonstrar que he prejudicial ao *jus* da Majestade e ao bem do Reino, que os eclesiásticos sejam os Mestres da Mocidade”³⁸.

Ideias estas retomadas e reforçadas por Aurélio da Costa Ferreira no citado texto sobre a Educação, de 1910: “A prática religiosa tem uma grave acção na educação intelectual (...) prejudica a inteligência, porque tem o inconveniente de habituar a aceitar fórmulas sem as discutir, sem as examinar, a falar sem convicção, a proceder sem consciência (...) é a prática da mentira, não é uma prática que eduque a inteligência.”³⁹

³⁶ A. de O. Cardoso Fonseca, *Jesuítas – Suas Qualidades e Doutrina*, Lisboa, Viúva Tavares Cardoso, 1906, p. 33.

³⁷ A. Aurélio da Costa Ferreira, *A Educação Moral e Religiosa nos Colégios dos Jesuítas*, Lisboa, Liv. Central Gomes de Carvalho, 1910, pp. 6-7.

³⁸ A. Ribeiro Sanches, *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, Colónia, 1760, p. 42.

³⁹ A. Aurélio da Costa Ferreira, *Ibidem*, pp. 17-18

Assim a longa crise da Igreja de Portugal, iniciada por volta de 1750 com o regalismo pombalino, aprofundada pela ocupação francesa destruidora, de 1807 a 1811, e agravada em 1834 por D. Pedro e Joaquim António de Aguiar extinguindo as Ordens Religiosas, prolongou-se com o advento da primeira República de 1910, repetindo, “monotonamente” as perseguições, o anticlericalismo, as destruições e pilhagens de igrejas, conventos, etc.

E bem diferente e mais positiva poderia ter sido a vontade de reformar e modernizar os diversos graus de ensino, se ela unisse e não dividisse, pois não faltavam eclesiásticos que se impunham pelo seu saber e ideal de modernidade.

Pois não foram reitores reformadores da Universidade, ao serviço de Pombal, os bispos, depois cardeais, D. Francisco de Lemos Pereira Coutinho (que só depois da vergonhosa vassalagem a Napoleão em Baiona se apercebeu bem do processo em que de boa fé estava envolvido), ou D. José Francisco de Mendonça, tão pressionado por Junot, já no fim da vida para, nas suas pastorais, apelar à tranquilidade?

E não eram homens de grande saber e capacidade, eclesiásticos que, nos cem anos críticos de 1750 a 1850, se notabilizaram, como Barbosa Machado, Verney, Teodoro de Almeida, Frei Manuel do Cenáculo, Frei Fortunato de São Boaventura, Cardeal Saraiva, etc.?

E não foram capazes de, com o Duque de Lafões, o Abade Correia da Serra e o Padre Teodoro de Almeida fundarem a Academia das Ciências?

A lenta e persistente reforma da Igreja

Entretanto, apesar das dificuldades, a Igreja portuguesa, procurava reformar-se, ainda que lentamente, segundo as orientações do Concílio de Trento, criando novas dioceses no Continente e Colónias, na década de 1770, e promovendo a reforma das Ordens Religiosas antigas (com excesso de conventos, indisciplina, deficiente recrutamento e intromissão do poder secular), através do estabelecimento de quinze Institutos Religiosos, portugueses e estrangeiros, de 1647 a 1753, antes do absolutismo pombalino.⁴⁰

Esforço este que, pelo Marquês, pelas invasões francesas e pela extinção das Ordens viria a ser em grande parte contrariado, não completamente destruído, visto prosseguir, agora purificado pela perseguição e o sofrimento.

De pouco valeram algumas acalmias na tensão político-social, como, por exemplo, quando no curto reinado de D. Miguel, em 1823, a Santa Sé, no meio de reservas e cautelas de não enfeudamento político, procedeu à nomeação de bispos para uma dezena de Dioceses vacantes, nomeações estas logo anuladas e substituídas pela vingança anti-miguelista dos Liberais, declarando nulas essas nomeações.

Porém, com as diversas Concordatas com a Santa Sé, sobretudo para resolverem a situação eclesiástica e sua vasta rede de colégios e residências, também as outras Ordens, reabriram conventos que retomaram a sua acção civilizadora e evangelizadora, conhecendo-se algum tempo de paz e diálogo, até que em 1901, nova perse-

⁴⁰ Pe. Miguel de Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal*, Ed. Revista e actualizada, Lisboa, Europa-América, 1994, pp. 245-250.

guição desencadeada por um lamentável incidente, o de uma religiosa que se decidiu por sê-lo sem autorização dos pais, refreou e atrasou essa recuperação.

Fortunato de Almeida assim a diagnosticou: “este deplorável caso bastou para que os agentes da Maçonaria movessem por toda a parte uma feroz campanha contra as Ordens Religiosas. Os jornais choveram insultos e calúnias. Nas ruas a canalha ignóbil, assolada por homens filiados nas sociedades secretas, ou delas instrumentos inconscientes, insultava, apedrejava habitantes e pessoas e “a polícia chegava sempre tarde”.⁴¹

Mesmo assim, prosseguiu a renovação, ganhando forças e presença na sociedade também do clero secular e dos leigos, criando, por exemplo, instituições como as Oficinas de S. José, e associações como a Associação Católica do Porto, modelo de várias outras pelo país. Preocupados os leigos, naturalmente, com problemas da educação, criaram instituições, como a Associação Promotora da Educação e Instrução Popular. E em níveis sociais mais desenvolvidos, centros como o Centro Académico da Democracia Cristã, CADC, de Coimbra, em 1903.

Ao mesmo tempo, surgiu também a imprensa católica, e polemistas de envergadura como o Pe. Sena Freitas.

Com o avançar do século XX, apesar das perseguições da República de 1910, a reorganização da Igreja prossegue.

Muito prejudicada pela Lei da Separação, de 1911, que, em teoria, seria de aplaudir se realizasse o que teoricamente defendia – a liberdade e a independência de ambas as partes –, mas que fez exactamente o contrário.

Com efeito, continuando as espoliações de Paços, Conventos, Seminários, Instituições, agravou e multiplicou as intromissões em nome do “Beneplácito”, pois criou comissões de fiscalização que outra coisa não fizeram senão intrometer-se e confiscar, chegando mesmo o governo a atribuir-se a função de renomear os professores dos Seminários...

Porém, a reforma prosseguia. Criaram-se novas Associações, como o Centro Católico do Porto, em 1917, realizaram-se Sínodos Diocesanos que iriam culminar como o notável *Concílio Plenário Português*, em 1926.

Entretanto a imprensa católica revigorada, publicava jornais como *A Palavra*, em 1920, e, mais tarde, o *Novidades*, em 1923.

A grande crise da Igreja Portuguesa, de que as invasões francesas foram um episódio sangrento, ia assim chegando ao seu final, na medida em que o seu esforço renovador, encontrando estabilidade política e social, mais fácil e seguramente progredia.

⁴¹ Fortunato de Almeida, *Ibidem*, Vol. III, p. 173.

